

Procedimento Concursal Comum para a constituição de vínculo de emprego público na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para a ocupação de 1 (um) posto de trabalho na Carreira/Categoria de técnico superior para a Unidade de Ordenamento, Logística e Administração Direta (Engenharia Civil) - Ref. C ------ATA N.º 3 -----Aos vinte e oito dias do mês de março de dois mil e vinte e cinco, pelas onze horas, reuniu o Júri do procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, com vista ao preenchimento de um (1) posto de trabalho da carreira e categoria de Técnico Superior (área funcional de Engenharia Civil) do mapa de pessoal deste Município, aberto por deliberação a dezanove de setembro de dois mil e vinte e quatro, do Exmo. Senhor Presidente da Câmara, Dr.º Luís dos Santos Fernandes, constituído pelos seguintes Presidente – Luís António Bebião Pires, Técnico Superior de Engenharia Civil. ------ Vogal Efetivo – Marta Isabel Santarém Gil Vara, Técnica Superior de Recursos Humanos, (que substitui o presidente nas suas faltas e impedimentos). -----2.º Vogal Efetivo – Marco Bruno Correia Borges, Coordenador Municipal de Proteção Civil. ---------\_\_\_\_\_ Ordem de trabalhos: -----Agendamento da Prova Escrita de Conhecimentos. -----Listagem de candidatos admitidos para a realização da prova: ------Carlos Alberto de Jesus Gonçalves; ------David Michel Pires Rodrigues. -----\_\_\_\_\_ O júri do procedimento concursal deliberou agendar o primeiro método de seleção (Prova Escrita de Conhecimentos) com ponderação de 60% da nota final, para o dia 11.04.2025 (sexta-feira) às 10h00 (com tolerância máxima de 10 minutos), no Centro de Apoio a Empresas Locais (antiga escola primária) localizado na Rua dos Frades em Vinhais. ------\_\_\_\_\_ Devem os candidatos, fazer-se acompanhar com o Cartão de Cidadão, esferográfica (azul ou preta) e a seguinte legislação: ------Legislação geral comum: ------• Código do Procedimento Administrativo — Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na sua atual redação; ------



junho, na sua

valores) e 6 questões de desenvolvimento (com valoração de 7,00 valores) e incidirá sobre	a
múltipla (com valoração de 10,00 valores), 6 questões de Verdadeiro e Falso (com valoração de 3,0	
de 90 minutos, mais 15 minutos de tolerância, sendo a prova constituída por 10 questões de escol	
A prova é de consulta, sendo proibido a utilização de legislação rasurada / anotada. Tem a duraç	ão
• Plano Diretor Municipal de Vinhais — 1.ª Revisão — Aviso 14476/2014, de 29 de dezembro	
EDIFÍCIOS - SCIE (versão atualizada), 5ª versão - a mais recente (DL n.º 9/2021, de 29/01);	
• Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro, REGIME JURÍDICO DA SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS E	
Decreto-Lei n.º 53/2014, de 8 de abril;	
118/2013, de 20 de agosto, relativo ao desempenho energético dos edifícios, e à primeira alteração	
• Decreto-Lei n.º 194/2015, de 14 de setembro, (versão atualizada), segunda alteração ao Decreto-Lei i	
GESTÃO TERRITORIAL (versão atualizada), 6ª versão - a mais recente (DL n.º 16/2024, de 19/01);	
<ul> <li>Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, APROVA A REVISÃO DO REGIME JURÍDICO DOS INSTRUMENTOS</li> </ul>	
atualizada), 24ª versão - a mais recente (DL n.º 43/2024, de 02/07);	
<ul> <li>Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, REGIME JURÍDICO DA URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO (vers</li> </ul>	
de 11/05);	
atualizada). 4ª versão - a mais recente (DL n.º 36/2023, de 26/05), 2ª versão - a mais recente (Lei n.º 38/202	
• Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março, REGIME JURÍDICO DA RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL (vers	
atualizada), 7º versão - a mais recente (DL n.º 11/2023, de 10/02);	
<ul> <li>Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, REGIME JURÍDICO DA RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL (vers</li> </ul>	
19 de março e pela Lei n.º 30/2021 de 21 de maio;	
pelo Decreto-Lei n.º 170/2019, de 4 de dezembro, pela Resolução da Assembleia da República n.º 16/2020,	
36-A/2017, de 30 de outubro e n.º 42/2017, de 30 de novembro), pelo Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de ma	
republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto (retificado pelas declarações de retificação i	
<ul> <li>Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS (versão atualizada), alterado</li> </ul>	э е
Legislação Específica:	
• Código dos Contratos Públicos — Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação	
Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de setembro;	
B/2007, de 28 de dezembro, na sua atual redação, adaptado aos Serviços da Administração Autárquica pe	
• Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública, SIADAP - Lei n.º 6	i6-
● Código do Trabalho — Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, na sua atual redação;	
sua atual redação;	
• Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais - Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro,	
• Regime Jurídico das Autarquias Locais — Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação;	edação;
atual redação;	
<ul> <li>Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas – aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de ju</li> </ul>	



O Júri do procedimento concursal,

Luís António Bebião Pires

Marta Isabel Santarém Gil Vara

Marco Bruno Correia Borges